


**A universidade pública brasileira entre a ruptura e a permanência: o resgate da crítica histórica de Álvaro Vieira Pinto como horizonte de soberania (1961-2026)**

**The Brazilian public university between rupture and continuity: recovering Álvaro Vieira Pinto's historical critique as a horizon of sovereignty (1961-2026)**

**La universidad pública brasileña entre la ruptura y la permanencia: el rescate de la crítica histórica de Álvaro Vieira Pinto como horizonte de soberanía (1961–2026)**

Elaine Constant Pereira de Souza\*

 <https://orcid.org/00000-0003-2622-8890>

**Resumo:** Este estudo analisa a trajetória da universidade pública brasileira, objetivando investigar o hiato entre o projeto reformista de 1962 e os impasses institucionais de 2026. A metodologia fundamenta-se na História das Ideias, sob uma perspectiva dialética, tomando como eixo central a obra de Álvaro Vieira Pinto. A pesquisa resgata a denúncia do autor contra a universidade “alienada e alienadora”, que atua como mecanismo de reprodução de elites e “montadora” de saberes exógenos. Os resultados demonstram que o silenciamento dessa crítica favoreceu a consolidação de um modelo universitário heterônomo, atualmente agravado pela precarização tecnológica e pela Inteligência Artificial. Conclui-se que a superação da crise educacional brasileira exige o resgate da autonomia intelectual e o protagonismo das massas populares, condições que Vieira Pinto aponta como indispensáveis na construção de um projeto de soberania nacional no século XXI.

**Palavras-chave:** Álvaro Vieira Pinto. Universidade pública. Soberania nacional.

**Abstract:** This study analyzes the trajectory of the Brazilian public university, aiming to investigate the gap between the reformist project of 1962 and the institutional impasses of 2026. The methodology is grounded in the History of Ideas from a dialectical perspective, taking Álvaro Vieira Pinto's work as its central analytical axis. The research revisits the author's critique of the “alienated and alienating” university, which operates as a mechanism for elite reproduction and as an “assembly line” for exogenous forms of knowledge. The findings indicate that the silencing of this critique has contributed to the consolidation of a heteronomous university model, currently intensified by technological precarization and the expansion of Artificial Intelligence. The study concludes that overcoming the Brazilian educational crisis requires the

---

\* Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Direitos Humanos (PPDH) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana. *E-mail:* <constant.ela@gmail.com>.

recovery of intellectual autonomy and the protagonism of the popular masses—conditions identified by Vieira Pinto as indispensable for the construction of a project of national sovereignty in the twenty-first century.

**Keywords:** Álvaro Vieira Pinto. Public university. National sovereignty.

**Resumen:** Este estudio analiza la trayectoria de la universidad pública brasileña, con el objetivo de investigar la brecha entre el proyecto reformista de 1962 y los impasses institucionales de 2026. La metodología se fundamenta en la Historia de las Ideas desde una perspectiva dialéctica, tomando como eje central la obra de Álvaro Vieira Pinto. La investigación recupera la denuncia del autor contra la universidad “alienada y alienante”, que actúa como un mecanismo de reproducción de élites y como una “línea de montaje” de saberes exógenos. Los resultados muestran que el silenciamiento de esta crítica favoreció la consolidación de un modelo universitario heterónomo, actualmente agravado por la precarización tecnológica y por la Inteligencia Artificial. Se concluye que la superación de la crisis educativa brasileña exige la recuperación de la autonomía intelectual y el protagonismo de las masas populares, condiciones que Vieira Pinto señala como indispensables para la construcción de un proyecto de soberanía nacional en el siglo XXI.

**Palabras clave:** Álvaro Vieira Pinto. Universidad pública. Soberanía nacional.

### Entre o legado e a crise: a universidade pública brasileira e as crises ideológicas desde 1962

O presente estudo investiga as bases ideológicas que norteiam a reestruturação da universidade brasileira em dois períodos distintos: 1962 e a atualidade. A partir do aporte teórico de Álvaro Vieira Pinto, com destaque para a obra *A Questão da Universidade*, busca-se compreender como a função social da instituição transcende o caráter educativo, sendo profundamente moldada pelas tensões políticas e pelos projetos de classe de cada época.

Atualmente, o estudo ancora-se exclusivamente em fontes secundárias, dado que a leitura direta dos textos originais de Vieira Pinto está reservada para fases subsequentes da pesquisa. A validação das premissas teóricas ocorrerá com a consulta às fontes primárias. Para tanto, a pesquisa avança por meio de uma revisão bibliográfica, visando aprofundar a compreensão da reestruturação universitária e dos desafios históricos rumo à emancipação da universidade brasileira.

A escolha metodológica justifica-se pelo rigor interpretativo necessário ao lidar com a obra de Vieira Pinto. Devido ao longo silenciamento de seus escritos e à carga passional – de admiração ou rejeição – nas produções recentes, as fontes secundárias foram tratadas com cautela, evitando-se a aceitação de conclusões como verdades absolutas. Por serem interpretações mediadas, tais fontes funcionaram como filtros críticos que permitiram uma “análise entre pares” sobre a reestruturação universitária, facilitando o mapeamento histórico de mudanças e permanências no tema.

Quanto ao levantamento bibliográfico, a seleção refinou 24 produções iniciais para um *corpus* final de nove artigos, uma dissertação e um relatório de pesquisa. O critério de escolha focou na interseção entre os seguintes temas: reestruturação universitária, educação e nacionalismo. Devido à escassez de registros no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no qual apenas uma dissertação foi encontrada, a busca foi expandida e consolidada via Google Acadêmico.

Assim, a investigação centrou-se na reestruturação das universidades brasileiras, partindo da premissa de que as instituições públicas enfrentam uma ofensiva ideológica e política coordenada pela extrema direita. Esse cenário manifesta-se por meio de agressões, desinformação e, criticamente, pelo asfixiamento orçamentário das instituições públicas de Ensino Superior. Tais ações buscam não apenas fragilizar a autonomia institucional, mas, primordialmente, cercar o livre pensamento e o desenvolvimento da pesquisa científica no país.

Nesse contexto, a reflexão sobre o direito à educação e a liberdade de ensino estagnou diante da onda conservadora (Boulos, 2016).<sup>1</sup> Esse movimento exhibe fragilidades axiológicas que colidem diretamente com os princípios de uma sociedade democrática, principalmente ao tentar silenciar o pensamento crítico. Essa imposição fere preceitos fundamentais, como a liberdade de expressão e a autonomia docente, que deve assegurar ao professor o direito de ensinar sem amarras ou censuras.

Convém ressaltar que a liberdade de cátedra dos docentes brasileiros fundamenta-se, primordialmente, no art. 206, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que assegura a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (Brasil, 1988). Adicionalmente, o art. 5º, inciso IX, garante a livre expressão da atividade intelectual, científica e de comunicação, independentemente de censura, sendo a cátedra uma manifestação específica dessas garantias fundamentais.

É importante notar que a ofensiva ultraconservadora atual se manifesta por meio de um nacionalismo ufanista, que conjuga xenofobia e a defesa de valores tradicionais. Tais elementos, por vezes, aproximam-se da apologia a regimes totalitários de matriz fascista. Esse movimento é reforçado por um populismo maniqueísta e polarizado, que se baseia na retórica de um “povo puro”, personificado na figura dos autodenominados “cidadãos de bem”.

O nacionalismo mobilizado pela extrema direita exige um exame cauteloso, visto que, conforme Barbosa (2011), os conceitos de nacionalismo e desenvolvimento, embora teoricamente próximos, trilharam trajetórias conflitantes no Brasil. Durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o desenvolvimentismo constituiu o eixo central do regime, ao passo que o nacionalismo foi esvaziado de seu potencial soberano, sendo instrumentalizado para reforçar a unidade política compulsória ou para a exclusão de opositores. Nesse sentido, conceitos que circulam entre distintos grupos são ressignificados de acordo com interesses específicos, evidenciando uma fluidez terminológica que permite a apropriação e a manipulação de ideias para fins de dominação ideológica.

Sob essa óptica, Barcellos e Coelho (2025) sustentam que a articulação entre nações submetidas a patamares análogos de dominação é mais viável do que a união de um proletariado global fragmentado por níveis desiguais de desenvolvimento. Os autores posicionam-se ao afirmar que a superação do subdesenvolvimento é necessária para equalizar as condições de existência e de trabalho das massas. Essa abordagem, alinhada ao paradigma nacionalismo-desenvolvimentista, defende que a consolidação de uma base material sólida é o que permite a emergência da consciência de classe como contradição fundamental a ser enfrentada no processo de soberania nacional.

É preciso considerar que o conceito histórico de desenvolvimento é crucial para a formação política do Brasil moderno e corre o risco de ser subestimado se analisado exclusivamente pela perspectiva econômica. Outrossim, o nacionalismo-desenvolvimentista permanece relevante, sustentado pelo valor do conceito de desenvolvimento na Constituição Federal de 1988 e pelas teses nacionalistas que remontam à República de 1946 (Barbosa, 2011).

---

<sup>1</sup> A política brasileira assiste, desde 2013, à ascensão de um viés conservador nos espectros político, econômico e moral, marcado por um fisiologismo crescente entre partidos de direita. Esse processo intensificou-se a partir de 2014, período em que o Congresso Nacional eleito se consolidou como um dos mais conservadores da história republicana brasileira. O Parlamento transformou-se em um espaço prioritário e disputado pelos setores exploradores e pela reacionária burguesia nacional – notadamente empreiteiros, banqueiros, industriais, exportadores, importadores e ruralistas. Essa coalizão resultou na formação das bancadas da “bala”, evangélica e ruralista, o que dificultou, sobremaneira, a inserção e a representação política das demandas populares no Legislativo.

Adiciona-se ainda ao presente debate que a crescente ofensiva da extrema direita contra as Instituições de Ensino Superior fundamenta-se em um projeto sistêmico de desmonte dos serviços públicos e de fragilização da soberania nacional, temática que será aprofundada oportunamente neste estudo. Tais ataques à universidade pública integram uma estratégia deliberada de desgaste institucional, operada prioritariamente por meio de sucessivos cortes orçamentários, que comprometem a infraestrutura acadêmica, e de interferências diretas na gestão, exemplificadas pelas investidas contra a autonomia nas nomeações de reitoras e reitores.

Esse cenário é exemplificado pelo desafio que a universidade pública enfrenta diante dos cortes orçamentários significativos em 2026<sup>2</sup>, os quais comprometem o papel estratégico da instituição no desenvolvimento nacional e na inserção internacional do Brasil. Nessa acepção, a universidade desempenha uma função fundamental na integração do país em mecanismos globais multilaterais, constituindo-se como um contraponto necessário aos projetos de extrema direita que, em última análise, reproduzem lógicas de caráter colonial.

Nessa perspectiva, é imperativo reconhecer que a colonialidade é atravessada por uma epistemologia monocultural, cuja estrutura social segrega e exclui grupos historicamente vitimados pelo colonialismo<sup>3</sup>. Tal configuração dificulta a plena participação e o acesso efetivo ao direito à educação, especialmente no Ensino Superior brasileiro. Esse processo relega tais sujeitos a condições sociais periféricas, perpetuadas por determinantes econômicos, sociais e culturais.

É preciso salientar que, para além dos ataques à universidade, há também uma ofensiva contra a ciência, manifestada por ações que buscam desacreditar ou restringir a pesquisa por meio de desinformação e cortes orçamentários. Esse cenário foi vivenciado no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), com impactos negativos sobre a saúde pública, especialmente na vacinação durante a pandemia da covid-19, e sobre as políticas ambientais. Ambas as frentes foram impulsionadas por agendas baseadas em negacionismos radicais, como o antivacina e o climático, que visavam minar a confiança institucional e promover o descrédito no conhecimento científico. Assim, infere-se que, no atual cenário brasileiro, há uma crise de legitimidade institucional da universidade pública, bem como da ciência moderna, motivada por questionamentos sobre seus métodos e resultados. Esse panorama exige um enfrentamento intenso por parte das instituições para restaurar a confiança pública.

Diante dessa crise, emergem propostas de reforma defendidas por movimentos que incluem desde entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), até fóruns de especialistas e reitores vinculados a instituições como a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)<sup>4</sup>. Essa crise ainda abrange outros pontos relevantes, especialmente ao considerar o perfil socioeconômico de seu corpo discente. Nesse sentido, é fundamental corroborar com Heringer (2018), ao afirmar que o sistema de Educação Superior brasileiro foi historicamente marcado pelo elitismo e pela exclusão, tendo sido concebido para atender a uma parcela restrita da população, majoritariamente branca e oriunda das classes

---

<sup>2</sup> De acordo com matéria apresentada no *site* do G1, o valor do corte corresponde a 488 milhões de reais (Redação G1, 2025). Isso significa redução de recursos discricionários (bolsas, custeio e manutenção). Tal redução tende a agravar a crise já existente, com impactos na pesquisa, na assistência estudantil e no funcionamento básico das instituições. A situação gera preocupação entre reitores e entidades quanto ao risco de paralisação de laboratórios e à precarização dos serviços.

<sup>3</sup> O colonialismo produziu um novo padrão de poder que sobreviveu e se fortificou mesmo após os processos de independência e que referendou uma economia orientada para a acumulação de capital em escala global, bem como a supremacia de uma classe, de um grupo étnico-racial, de um gênero, de um padrão de sexualidade, além de um tipo particular de organização estatal, de espiritualidade e de epistemologia (Grosfoguel, 2012).

<sup>4</sup> Sobre isso consultar: Fórum ABC/SBPC [...] (2024).

média e alta. Esse caráter excludente não se justifica apenas por fatores individuais, mas por mecanismos institucionais e estruturais que reproduziram desigualdades econômicas, sociais e raciais ao longo do percurso educacional.

Esse novo perfil conecta-se ao desafio da democratização da educação, um processo intrínseco à democracia moderna, mas permeado por tensões. Apesar de obstáculos, tal abertura viabilizou o acesso de grupos historicamente excluídos, consolidando o surgimento dos estudantes de “primeira geração”. Entre 2000 e 2010, esses alunos foram os pioneiros de suas famílias a concluir o Ensino Superior, embora ainda enfrentem barreiras estruturais para garantir sua plena permanência e êxito acadêmico (Pataro, 2019).

Esse parece ser um desafio global, visto que, de acordo com Bonilla Murillo e Solis Herebia (2021), o Ensino Superior mundial enfrenta obstáculos multidimensionais, destacando-se a necessidade de oferecer uma formação alinhada às especificidades do corpo discente. Essa tarefa é complexa, pois a crescente diversidade estudantil impõe dificuldades à gestão das demandas educacionais das universidades. Nesse cenário, os estudantes de “primeira geração” emergem como um grupo vulnerável, pois, além do pioneirismo familiar no Ensino Superior, enfrentam barreiras como o desconhecimento da cultura acadêmica, baixo desempenho escolar, limitações financeiras e a ausência de um projeto de carreira estruturado. Soma-se a isso a falta de suporte familiar especializado e o impacto emocional de fatores como estresse e incerteza.

Já Morosini e Felicetti (2019) destacam que o novo perfil do Ensino Superior brasileiro é composto majoritariamente por mulheres, indivíduos não caucasianos e estudantes de “primeira geração”, e enfrenta vulnerabilidades financeiras e culturais que elevam o risco de evasão. Essa realidade, agravada pelas disparidades de capital social e acadêmico entre grupos minorizados e seus pares, reforça a urgência de ações afirmativas e de uma compreensão profunda de seus percursos formativos para garantir a permanência e o êxito acadêmico.

Nessa acepção, as razões mencionadas, que compõem a pauta para uma reforma universitária, são acompanhadas de outras reivindicações daqueles que integram a comunidade acadêmica. Entre as demandas, destacam-se: o aumento do investimento do Produto Interno Bruto (PIB) na educação pública; a destinação de *royalties* do petróleo para o setor; a garantia de acesso e permanência com qualidade; e a organização de debates coletivos sobre o futuro da universidade. Além disso, propõe-se a criação de fóruns para discutir modelos de melhoria do Ensino Superior e projetos de reforma que prevejam, por exemplo, uma menor regulação por parte do Ministério da Educação (MEC). Não se pode negligenciar, portanto, os processos em curso que impulsionam o debate por uma ampla reforma universitária. Tal conjuntura exige colocar em xeque o próprio papel da universidade pública no cenário contemporâneo.

Todavia, embora o passado não deva ser visto como um destino invariável, ele constitui o alicerce para a compreensão das tensões atuais. Torna-se imperativo, dessa maneira, resgatar o pensamento de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), cuja obra permanece como uma referência basilar e pioneira na análise crítica sobre o papel das Instituições de Ensino Superior no país. As ideias desse filósofo influenciaram os debates que antecederam a Reforma do Ensino Superior de 1968, embora divergissem frontalmente dos interesses da Ditadura Militar. Enquanto a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, priorizou a pesquisa e as ciências sob uma óptica tecnocrática (Brasil, 1968), Vieira Pinto defendia que a universidade deveria, primordialmente, combater a exclusão social. O autor criticava o caráter elitista do acesso e a limitação de vagas, advogando por uma Educação Superior crítica e emancipatória (Melo; Machado, 2013).

A Reforma de 1968, fortemente influenciada por modelos e acordos internacionais, a exemplo do acordo MEC–*United States Agency for International Development* (USAID), foi alvo de

profundas análises críticas por parte de intelectuais brasileiros, como Florestan Fernandes<sup>5</sup> (Pina, 2011). No entanto, Álvaro Vieira Pinto destacou-se como um dos primeiros a diagnosticar a realidade universitária no contexto nacional, propondo caminhos para sua reestruturação ainda antes da institucionalização da referida lei.

Daí decorre a importância de se analisar uma obra clássica para o pensamento educacional brasileiro: *A Questão da Universidade*, parafraseando Vieira Pinto. O livro foi publicado originalmente em 1962 pela UNE. A tese defendida pelo autor é fruto de uma conferência proferida pelo autor em Belo Horizonte, em um cenário marcado por mobilizações sociais e pelos intensos debates sobre as reformas de base que caracterizaram o início daquela década. Da mesma maneira, o escrito resiste ao tempo e mantém sua força vital, preservando, a despeito das décadas, linhas de interpretação e alertas indispensáveis não apenas para refletir sobre a realidade brasileira, mas também para compreender a própria instituição universitária. Trata-se de uma obra que define a essência da universidade, permanecendo atual mesmo após 60 anos de sua publicação original.

Para Vieira Pinto (1962), a universidade constitui-se como uma instituição de intervenção política. Nesse sentido, a tese do autor sobre a interconexão necessária entre a compreensão do país e a da própria universidade, cujo nexos permitiria uma apreensão mais profunda da realidade nacional, revela-se atual e fundamental. Sua produção intelectual articula-se em torno de uma proposição central: a reflexão sobre a universidade é, indissociavelmente, uma reflexão sobre a nação. Revela-se inócuo debater a universidade pública brasileira sem considerar sua função estratégica para a soberania nacional e seu compromisso com a classe trabalhadora.

Essa análise de Vieira Pinto, especialmente por se tratar de uma publicação de 1962, prescinde de qualquer caráter nostálgico, pois se configura como um instrumento valioso para a reflexão contemporânea sobre a universidade e o país. Sua advertência permanece pertinente: o debate sobre a reforma universitária não ocorre ao acaso, mas emerge em momentos específicos de correlação de forças no Brasil, revelando as tensões estruturais de cada época.

É importante ressaltar que o projeto de nação da classe trabalhadora daquela época visava a uma reestruturação profunda do país, na qual a reforma universitária era indissociável das transformações sociais pretendidas. Naquele contexto, a universidade engajava-se em debates estratégicos, exemplificados pelo questionamento sobre a nacionalização da indústria, como a farmacêutica. Hoje, contudo, cabe uma reflexão crítica: esse nível de debate permanece vivo nos espaços acadêmicos, nas organizações da classe docente ou nos movimentos estudantis? É necessário investigar as razões pelas quais temáticas que outrora integravam a consciência coletiva da classe trabalhadora parecem ter sido silenciadas no debate contemporâneo.

Alinhada à perspectiva de Vieira Pinto, a análise das reformas no Ensino Superior não deve ser circunscrita a aspectos técnicos ou pedagógicos. A problemática universitária é, em sua essência, de caráter político. Consequentemente, as dificuldades de ordem jurídica ou didática, por mais urgentes que sejam, não admitem um tratamento isolado, uma vez que sua resolução depende do desvelamento das estruturas de poder subjacentes que moldam a instituição.

---

<sup>5</sup> Pina (2011) examinou o Acordo MEC–USAID, de 1966, e a repercussão intelectual que se seguiu à sua assinatura. Segundo a autora, o acordo viabilizou a atuação de cinco técnicos norte-americanos que, em períodos distintos, avaliaram as universidades brasileiras e elaboraram textos sobre as condições do Ensino Superior no país. Ainda para a autora, a crise vivenciada, na década de 1960, no âmbito do Ensino Superior brasileiro, expressa um processo que já vinha sendo gestado desde a década de 1940, como a falta de vagas, a estrutura organizacional da universidade, a inexistência de professores em regime de tempo integral, a ausência de gestores capazes de direcionar os gastos para questões primordiais – como a aquisição de livros e materiais necessários para o bom desenvolvimento dos cursos oferecidos –, entre outros aspectos.

Em suma, a urgência da reforma universitária, na década de 1960, forçou o regime militar a adotar uma reestruturação que atendesse a seus próprios interesses. No entanto, o hiato entre a universidade de 1962 e a contemporânea é vasto: a hegemonia das matrículas públicas deu lugar a um sistema de Ensino Superior no qual 80% do alunado ocupa o setor privado<sup>6</sup>. Esse fenômeno é central para a análise, visto que a realidade atual se caracteriza pela transferência vultosa de fundos públicos e por isenções fiscais destinadas ao setor privado de ensino. Tais transformações suscitam uma indagação essencial: O pensamento de Vieira Pinto ainda oferece subsídios para o debate presente ou a natureza da instituição pública foi alterada de forma irreversível? Para responder a essa questão, cabe resgatar: Quem foi esse intelectual?

### **Vieira Pinto e o silenciamento de sua crítica histórica à realidade universitária**

Desde o final dos anos 1990, Álvaro Vieira Pinto, figura emblemática do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), vem sendo redescoberto pelo campo da História das Ideias<sup>7</sup>. O cenário contemporâneo de crises sucessivas reforça a necessidade de retomar suas reflexões profundas sobre as contradições do Brasil. No entanto, é inegável que certas dimensões de seu legado permanecem à margem, demandando ainda uma análise mais pormenorizada e sistematizada.

É importante lembrar que, após a morte de Getúlio Vargas, Café Filho assumiu a presidência provisoriamente e designou o professor Cândido Motta Filho como Ministro da Educação. Embora a iniciativa de criar um centro de estudos parecesse inicialmente comprometida, o novo ministro decidiu dar continuidade ao projeto do “Colégio do Brasil”. Assim, o ISEB foi criado no âmbito do Ministério da Educação, por meio de um Decreto Presidencial, em julho de 1955, como um conjunto de atividades de estudo e ensino com plena autonomia de pesquisa e cátedra (Mainardes, 2015).

A maioria dos membros do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), fundado em 1953, reuniu-se no ISEB, que também incorporou Álvaro Vieira Pinto, então vinculado à Faculdade de Filosofia. Sob a direção de Roland Corbisier, a instituição estruturou departamentos de Filosofia, História, Economia, Sociologia e Ciências Políticas, chefiados, respectivamente, por Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Ewaldo Correia Lima, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe. Essa composição heterogênea refletia o objetivo do “grupo de Itatiaia” de mobilizar a *intelligentsia* nacional na formulação de uma “ideologia do desenvolvimento”. Nesse sentido, o caráter instigante e visionário das teses educacionais de Vieira Pinto torna imperativa

---

<sup>6</sup> Dados do Censo da Educação Superior de 2024 indicam que o Brasil superou 10,2 milhões de estudantes matriculados na graduação. Esses números foram divulgados em setembro de 2025 pelo MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ao analisar a série histórica entre 2014 e 2024, observa-se uma disparidade acentuada na expansão do Ensino Superior brasileiro: enquanto as matrículas na rede privada cresceram 39,1%, o aumento na rede pública limitou-se a 5,3%. Esse cenário, reportado por Nicolau (2025) com base no Censo da Educação Superior, evidencia um processo de privatização do acesso, no qual o setor público caminha para a estagnação frente ao avanço do mercado educacional.

<sup>7</sup> Este estudo defende a valorização da História das Ideias para o atual cenário brasileiro, com base na tese de Dermeval Saviani (2007), como foi a análise do pensamento de Vieira Pinto no âmbito da universidade pública. Sob essa perspectiva, a pesquisa transcende a mera cronologia de fatos, ao realizar uma genealogia do pensamento pedagógico como força social, partindo do princípio de que as teorias não surgem no vácuo, mas são traduções educacionais de projetos de sociedade confrontados com sua base material, econômica e política. Ao correlacionar essa trajetória histórica às disputas entre tendências hegemônicas e propostas contra-hegemônicas, o estudo permite que o pesquisador reconheça a ausência de neutralidade em sua prática, em 2026, transformando o senso comum em consciência filosófica ao desmascarar o caráter ideológico das ideias que moldam a realidade universitária.

uma investigação mais sistemática sobre o papel social das instituições de ensino brasileiras (Mainardes, 2015).

A despeito de sua relevância, Vieira Pinto permanece pouco estudado no Brasil. Universidades, partidos e movimentos sociais demonstram um conhecimento ainda limitado sobre sua produção intelectual. Esse silenciamento representa uma grave lacuna na história das ideias nacionais, dada a contribuição essencial do autor para a compreensão da realidade social, cultural e educacional brasileira no século XX.

As análises de Barbosa (2011) acerca do desenvolvimento e do nacionalismo auxiliam na compreensão das razões que levaram ao silenciamento da produção de Vieira Pinto. Segundo Barbosa (2011), o ideal desenvolvimentista constitui o eixo interpretativo do progresso nacional ao longo do século passado. Nesse contexto, o nacionalismo consolida-se como categoria fundamental no pensamento intelectual brasileiro, transcendendo as divergências de paradigmas ou filiações acadêmicas entre os pensadores.

Somado a isso, o grupo frequentemente denominado “Escola Paulista de Sociologia” teceu críticas contundentes ao nacionalismo durante as décadas de 1970 e 1980. Para essa corrente, tal ideologia funcionava como uma formulação teórica destinada a encobrir a estrutura social resultante do desenvolvimento, especialmente a que predominou no cenário intelectual após o golpe de 1964. Assim, as teses desse grupo, gestadas desde o final dos anos 1950, distinguiam-se das do ISEB pelo seu “rigor metodológico”, em oposição aos ensaios motivados pela defesa dos interesses estatais.

Ademais, esse enfoque conteria os fundamentos de uma modernização realizada em contraposição ao modelo de transformismo estatal formulado pelo ISEB. Seus conceitos, dotados de valências distintas, estruturavam uma chave de interpretação histórica radicalmente oposta à do Instituto e tornaram-se predominantes no Brasil nas décadas seguintes, ao serem testados por novas experiências políticas. Essa transição teórica e prática manifestou-se de forma marcante na dinâmica democrática entre 1982 e 1984, quando a ascensão da oposição aos governos do Sudeste e, posteriormente, ao âmbito federal permitiu que essa nova visão assumisse a condução do regime político, consolidando a ruptura com o modelo isebiano anterior.

Nesse panorama, a densidade do conceito de democracia emerge diretamente da oposição ao conjunto de ideias que definiam o Brasil daquele período. A democracia só seria inteligível dentro da tradição ocidental, inclusive a liberal, que privilegia a valorização da sociedade civil em confronto, e não em aliança, com o poder público e o modelo de desenvolvimento vigente. A construção democrática dependia, portanto, da superação da burocracia estatal que articulava esse desenvolvimento, sob a premissa de que o fortalecimento do Estado impediria a constituição de uma sociedade civil independente. Tal perspectiva gerava um antagonismo direto com o ISEB, ao fundir as noções de crise e incapacidade ao conceito de “estado de transitoriedade”, elemento central na análise de uma estrutura social marcada pela fluidez e pela fragilidade dos laços institucionais.

Nessa perspectiva, a crise funcionaria como o caminho para uma transição que contemplasse não apenas a democracia, mas a própria modernidade. Contudo, superar tal crise exigia transcender as soluções propostas pelo Estado e articular uma oposição enraizada na sociedade civil, organizada em classes homogêneas e modernas. Sob esse enfoque, os fundamentos da modernização, bem como sua efetiva realização, ocorreriam em oposição ao modelo de transformismo estatal, do qual o ISEB teria sido o principal formulador no final da década de 1950 (Barbosa, 2011).



O embate entre a Escola Paulista de Sociologia e o ISEB consolidou a histórica dicotomia brasileira entre a autoridade estatal e a autonomia da sociedade civil. Essa clivagem persiste no pensamento contemporâneo, polarizando-se entre a vertente estatista, que identifica no Estado o fiador do desenvolvimento e da soberania, e a vertente liberal-democrática, que rejeita o intervencionismo público em favor da descentralização, do protagonismo da sociedade civil e da liberdade econômica. Trata-se de uma questão central, pois fomenta debates sobre as instituições sociais, suas ideias e seus atores sociais.

O nacionalismo ascendeu à relevância política ao ser adotado pelo Governo Federal, notadamente sob Juscelino Kubitschek, como o pilar ideológico do desenvolvimentismo. Em total coerência com o contexto da época, essa vertente nacionalista consolidou-se como uma apologia ao Estado e uma transfiguração teórica do populismo. Embora o populismo se caracterize como a expressão tópica e espontânea da incorporação das massas ao regime, o nacionalismo funcionou como a tradução global e ideológica desse mesmo processo de integração popular.

É amplamente reconhecido que, em diversos cenários, notadamente na África e na América Latina, o nacionalismo constituiu uma força mobilizadora fundamental para a superação do domínio colonial direto. Por meio da articulação de líderes carismáticos e intelectuais, o sentimento de pertença étnica e cultural foi instrumentalizado como estratégia para coalizar populações oprimidas contra o poder metropolitano, culminando na transição da autoridade europeia para governos locais. Esse movimento de descolonização priorizou, fundamentalmente, a conquista da autonomia política e a preservação da integridade territorial imediata.

Outrossim, a relevância histórica dos conceitos de nacionalismo e desenvolvimento na formação política do Brasil moderno transcende a esfera econômica, sob o risco de ser subestimada caso analisada de forma restrita. O nacionalismo-desenvolvimentista permanece como uma força subjacente no cenário atual, sustentado pelo respaldo da Constituição de 1988 e pela atuação de grupos vinculados à tradição política de 1946. Esse panorama impõe o seguinte questionamento: Quais significados essa ideologia assume hoje e como ela tensiona a ordem política instada desde a década de 1980 e o funcionamento das instituições vigentes?

Na obra *Esperança e democracia*, Norma Cortez (2003) analisa o pensamento político-social de Álvaro Vieira Pinto sob o prisma da historicidade. A autora investigou a dupla face dessa categoria: a dimensão histórica das ideias de Vieira Pinto e a compreensão que o próprio filósofo possuía sobre esse processo. Tal abordagem é fundamental para apreender a profundidade de seu pensamento e sua persistente relevância no cenário social e educacional brasileiro.

Nesse sentido, é possível alcançar uma nova forma de compreensão, que transcenda a mera resistência à produção intelectual de Vieira Pinto. Seu pensamento, formulado há pouco mais de meio século, foi abandonado e até ignorado, pois “[...] suas principais ideias, seus conceitos e até mesmo seu vocabulário parecem ter se tornado opacos e ultrapassados” (Cortez, 2003, p. 25). Tal percepção de anacronismo contribuiu para o silenciamento de uma obra que, embora distante no tempo, ainda guarda potentes chaves de leitura para o Brasil.

Tal “esquecimento” sugere uma intenção proposital, uma vez que o legado intelectual de Vieira Pinto, que buscou interpretar a sociedade brasileira de maneira original, “[...] foi um misto de desprezo e repulsa pela herança intelectual que as ideias poderiam ter legado às novas gerações de pensadores e políticos” (Cortez, 2003, p. 26). Isso ocorreu, pois, ainda segundo a autora, sua obra alcançou o “Olimpo do pensamento social e político brasileiro” (Cortez, 2003, p. 27), por meio de uma trajetória diferenciada em relação a outros autores consagrados.

A autora reitera, ainda, que a geração intelectual subsequente não apenas o repeliu, mas hostilizou suas ideias. A obra de Vieira Pinto foi recebida como a expressão de uma filosofia “inexata, eclética e malsã” (Cortez, 2003, p. 27), sendo tratada meramente como “indícios do erro” (Cortez, 2003, p. 27). Para seus críticos, esse ideário seria um estatuto pré-científico que evidenciava o caráter ideológico e tendencioso de seu pensamento. Esse processo de rejeição ignora temas instigantes, como a influência do estruturalismo no silenciamento de certas obras e na formação de novos cânones acadêmicos. Inclusive, Cortez (2003) destaca que aqueles pesquisadores mais atentos à realidade brasileira, ao analisarem o livro *Consciência e Realidade Nacional* do filósofo, ressaltam a liberdade intelectual do autor e o uso de conceitos-chave como contexto, ideologia e intencionalidade, os quais dialogam com postulados fenomenológicos e existencialistas voltados à percepção e à interpretação do mundo.

Conforme Campos (2016), a produção de Álvaro Vieira Pinto constituiu o alvo prioritário da crítica acadêmica brasileira durante décadas. Seu pensamento foi sistematicamente combatido pela geração de intelectuais responsável pela estruturação do atual modelo universitário no país. Contudo, a despeito do rótulo de “intelectual derrotado” e do “ostracismo institucional”, sua relevância demanda reavaliação. A publicação de obras póstumas, como *O Conceito de Tecnologia*, revela contribuições fundamentais para a compreensão do conceito de “trabalho” no interior de sua monumental antropologia filosófica.

Uma interpretação inspirada na anatematização não estaria limitada à intolerância ou ao autoritarismo, por mais surpreendente que isso possa parecer. Pelo contrário, ela insistiria em uma depreciação crítica dos processos nos quais os discursos são produzidos. Essa abordagem se faz necessária porque a simples negação de uma determinada concepção pode obscurecer conceitos que exigem questionamento permanente. A complexidade dessa análise encontra respaldo na tese de que “[...] a percepção do tempo como rede temporal oferece a possibilidade de se conciliar a singularidade histórica das ideias e as exigências hermenêuticas contidas em uma História das Ideias” (Cortez, 2003, p. 65), sugerindo que o exercício interpretativo deve ser profundo e contextualizado, e não meramente reativo.

Embora o “espírito do tempo” promova afinidades entre intelectuais contemporâneos, Paiva (2000) ressalta a necessidade de distinguir a mera semelhança contextual da influência real. Enquanto a primeira decorre do momento histórico, a segunda pressupõe vínculos intertextuais rigorosos e transformações na trajetória do autor. Corroborando essa lógica, a discussão teórica pode ser segmentada em dois modelos distintos de transmissão: o das doutrinas sistematizadas, exemplificadas pelo Direito e pelas Ciências, perpetuadas por meio de mecanismos institucionais formais; e o das ideias partilhadas de forma difusa, que abrangem desde opiniões políticas e valores até o senso comum. É precisamente nessa interseção entre o saber institucionalizado e a difusão social que reside a complexidade deste estudo, justificando a importância de revisitar as propostas de reformas universitárias no Brasil sob a óptica dessas dinâmicas de influência e contexto.

A despeito do aumento das pesquisas sobre o legado de Álvaro Vieira Pinto na última década, evidenciado pela maior incidência de teses e eventos acadêmicos, o autor permanece, de fato, à margem do debate intelectual brasileiro. Esse cenário reflete um inegável desconhecimento generalizado de suas ideias, que ainda recebem atenção limitada tanto nos círculos acadêmicos quanto no espaço público.

A marginalização de intelectuais como Vieira Pinto não foi um fenômeno casual, mas, conforme sustentam Silveira e Pinto (2023), uma estratégia deliberada das classes dominantes em períodos de repressão. A “revolução” articulada pelo filósofo, compreendida como a erradicação do colonialismo, da dependência e do subdesenvolvimento, constituía um imperativo de

sobrevivência histórica. Sob essa óptica, o exame da densidade de sua obra torna-se indispensável para apreender a dimensão política e o potencial transformador de suas teses.

Complementando essa visão, Paiva (2000) ressalta que a produção de Vieira Pinto promove um cruzamento interdisciplinar valioso, focando na influência da descrição fenomenológica sobre a linguagem e no projeto nacional-desenvolvimentista. Esses pilares sustentam a análise em *Consciência e Realidade Nacional* (CRN), obra na qual o autor confere um estatuto central ao mundo das ideias e à ideologia. Ao priorizar essa dimensão, Vieira Pinto distancia-se das máximas da sociologia de sua época, que tendia a reduzir as representações ideológicas a meros reflexos de fatores socioeconômicos, reivindicando, em vez disso, a autonomia e a força transformadora do pensamento crítico.

A resistência de certos críticos em reconhecer a relevância da fenomenologia no pensamento de Vieira Pinto induziu-os a interpretar seu conceito de ideologia como o reflexo de um marxismo rudimentar e mal assimilado. Contudo, na perspectiva de Paiva (2000), tal leitura revela-se profundamente equivocada, pois desconsidera as raízes filosóficas que sustentam a originalidade do autor. Além disso, a autora sublinha que a descrição fenomenológica se alia a um “ecletismo filosófico” influenciado pelo existencialismo e pelo culturalismo, o que enriquece a compreensão de seu pensamento marginalizado.

Essa perspectiva influenciou diretamente o campo da Educação no Brasil, reafirmando a importância de consultar personagens históricos. Paiva (2000) destaca, nesse sentido, que coube a Vieira Pinto, por ser o isebiano de maior aceitação nos círculos de esquerda do início dos anos de 1960, o papel de principal referência para Paulo Freire. Essa influência foi crucial, auxiliando na definição do método pedagógico freireano, que visava conduzir as massas a um estágio de consciência crítica por meio da prática educativa.

Desse modo, o relativo silêncio nas abordagens teóricas e políticas sobre as décadas de 1950 e 1960 no Brasil evoca a necessidade de compreender os sentidos atribuídos à ideologia nacional-desenvolvimentista. Contudo, o que tem sido discutido e criticado pelos pesquisadores em relação à compreensão dessa ideologia parece ter assumido um processo inverso: uma recusa em definir o que foi, de fato, importante na organização das políticas econômicas e sociais daquele período histórico.

Ao investigar a historiografia das ideias, Freitas (1998) examinou o percurso de Álvaro Vieira Pinto a partir de uma cuidadosa recomposição do cenário intelectual circundante. Nessa análise, Freitas (1998, p. 16) sustenta que o conceito de “trabalho” se manifesta como um “[...] tema reificado, mistificado, mas apresentado conforme seus critérios”, ocupando um lugar central e, ao mesmo tempo, problemático na estrutura teórica do filósofo. Tal perspectiva distancia-se das autoras supracitadas, uma vez que o historiador, ancorado em interpretações consagradas da cultura brasileira, propõe novos horizontes para a análise do debate intelectual no país.

Essa postura metodológica é explicitada logo na introdução da obra, na qual Freitas (1998) define sua intencionalidade: o desafio central da História Intelectual reside na articulação dialética entre a obra e o seu contexto. O autor sustenta, ainda, que a compreensão dessa relação exige identificar não apenas a personagem histórica por trás do texto, mas também a trama social que a constituiu como um legítimo “artífice de ideias”.

Freitas (1998) argumenta que os critérios habitualmente utilizados para interpelar a obra de Vieira Pinto são, quando não incorretos, manifestamente insuficientes, movendo-se em um espaço heurístico frequentemente enganoso. Segundo o autor, essa limitação decorre de três equívocos interpretativos: 1. A crença em uma linguagem nacionalista única; 2. A visão do ISEB como um

bloco ideológico monolítico do Estado desenvolvimentista; 3. O uso do “populismo” como um conceito genérico e incapaz de apreender a complexidade do período.

Em decorrência dessa lógica, Freitas (1998) caracteriza Álvaro Vieira Pinto como um intelectual cuja trajetória foi paradoxalmente marcada por sucessivas derrotas políticas e teóricas, a despeito de seu protagonismo nos embates da Guerra Fria. Esse histórico de perdas evidencia-se na frustração de sua defesa do interesse público e na utopia de uma educação popular, além das divergências com as correntes de esquerda contemporâneas. Por fim, o autor destaca que essa condição de “derrota” se estende à posteridade, manifestando-se na recorrência de interpretações imprecisas que distorcem o real sentido de sua obra.

Em consonância com os estudiosos de Vieira Pinto, esta pesquisa parte do princípio de que decifrar um processo intelectual exige mais do que uma narrativa biográfica; requer uma articulação entre fontes, contextos e influências. Apesar das disputas teóricas acerca da validade científica de sua ontologia da realidade, o ponto fulcral reside na reflexão sobre a práxis intelectual: Quais são as mudanças essenciais para a formação do pensamento nacional? Como as carreiras acadêmicas se configuram diante dos desafios contemporâneos?

Essas indagações, derivadas de uma revisão crítica da literatura, articulam-se organicamente a outro eixo fundamental deste estudo: a função social da universidade pública e as proposições de reforma universitária presentes no pensamento de Vieira Pinto. Sob esse prisma, o resgate de tais teses transcende o mero exercício historiográfico e configura-se como um campo de investigação imprescindível para a análise da atual conjuntura política e econômica nacional. Tal esforço torna-se ainda mais premente frente às repercussões estruturais e aos desafios sistêmicos impostos ao Ensino Superior brasileiro no decorrer do século XXI.

## **De 1961 a 2026: a inacabada reforma da universidade brasileira e os impasses do século XXI**

De acordo com Sguissardi (2004), as reformas universitárias implementadas no Brasil desde meados da década de 1990 consolidaram um modelo institucional neoliberal, neoprofissional e competitivo. Tal configuração emergiu de políticas científicas para o Ensino Superior intrinsecamente articuladas às transformações do Estado brasileiro após a redemocratização de 1985. O eixo central dessa transição foi a “heteronomia” (Sguissardi, 2004, p. 48), fenômeno caracterizado pela progressiva perda de autonomia da universidade para agentes externos, como a indústria e o próprio Estado, que passaram a prescrever a “missão” e os “produtos” da academia.

Ainda sob a perspectiva de Sguissardi (2004), a emergência dessa universidade neoprofissional e heterônoma forneceu o arcabouço necessário para investigar as teses que sustentam o Ensino Superior contemporâneo. Nesse contexto, as transformações econômicas do ciclo neoliberal, aliadas a indicadores de políticas educativas de mesma orientação, fomentaram uma desconfiança sistemática em relação à universidade pública. Esse discurso, ao colocar em xeque a eficiência das instituições federais, logrou criar um clima político favorável à redução do investimento público em educação. Tal conjuntura resgata, com urgência, a indagação proposta por Vieira Pinto em 1962: Qual é o papel da universidade?

Iniciando esta reflexão, observa-se que o mundo do trabalho, em 2026, atravessa uma profunda crise de identidade. O avanço acelerado da Inteligência Artificial (IA) e da economia de plataformas aprofunda a informalidade e pressiona as garantias previdenciárias. Esse cenário evoca desafios históricos semelhantes aos da Revolução Industrial, período em que a dignidade laboral passou a ser defendida, inclusive, pelo Papa Leão XIII, evidenciando que o progresso técnico ainda

não se traduziu em melhoria efetiva na qualidade de vida da população brasileira, mergulhando a identidade do trabalho em uma crise.<sup>8</sup>

Essa conjuntura corrobora as teses de Frigotto (1996), ao evidenciar que a gestão do trabalho, orientada pela lógica dos “homens de negócios” e das elites econômicas, determina a configuração do sistema educativo. A exclusão na reestruturação capitalista, mencionada pelo autor, torna-se ainda mais aguda frente ao desenvolvimento tecnológico atual. A desvalorização do trabalhador e de sua base formativa não é um acidente, mas um projeto que ajusta o ensino público às necessidades voláteis do capital, esvaziando o sentido emancipatório da educação em favor de uma funcionalidade técnica e precária.

Convém ressaltar que, durante grande parte do século XX, o trabalho, simbolizado pelo fordismo, constituiu o principal eixo de unificação social e o motor da ascensão socioeconômica. Nesse contexto, a ideia de “classe trabalhadora” moldou as forças políticas e fundamentou as políticas de bem-estar social. Hoje, contudo, vive-se um paradoxo: embora a produção industrial tenha atingido níveis recorde, o trabalho fabril perdeu seu papel histórico de promotor do progresso social. Todavia, a utopia de que o avanço tecnológico resultaria em jornadas reduzidas e ampliação do lazer mostrou-se falaciosa; na realidade, o ser humano encontra-se mais sobrecarregado, evidenciando que a tecnologia tem intensificado, em vez de arrefecer, a dedicação ao trabalho. Observa-se, assim, um cenário contemporâneo que expõe um profundo paradoxo social: a precarização do trabalho braçal, evidente na rotina dos entregadores por aplicativos, contrasta com o agronegócio de alta tecnologia no Brasil. Da mesma maneira, os setores menos escolarizados são os que mais sofrem com essa estratificação, evidenciando que o desenvolvimento técnico não ocorre de forma equânime e acaba por acentuar as disparidades nas relações de trabalho.<sup>9</sup>

Percebe-se que, embora a tecnologia possua um potencial libertador, ela não se traduz automaticamente em bem-estar social, uma vez que sua efetividade depende de políticas públicas e da reestruturação das relações sociais. Nesse contexto, a busca por autonomia emerge como uma pauta urgente, visto que o trabalho passou a dominar intensivamente a vida da maioria das pessoas. Logo, torna-se fundamental manter o ceticismo quanto ao caráter intrinsecamente emancipador das novas tecnologias: dominadas por oligopólios com interesses privados, a IA e inovações similares só assumirão um papel verdadeiramente revolucionário se forem mediadas por relações políticas justas. Caso contrário, como se observa na atualidade, a tecnologia servirá primordialmente para concentrar a riqueza de poucos e intensificar a carga de trabalho da maioria (Nepomuceno, 2025). Diante desse cenário, a inquietação suscitada por Vieira Pinto na década de 1960 permanece premente: Se educar para o desenvolvimento transcende a mera transmissão de conteúdos, como preparar o indivíduo para um novo modo de pensar e sentir a própria existência?

Vale ressaltar que a década de 1960 no Brasil foi marcada por uma transição econômica e política significativa. O país enfrentava uma crise caracterizada por inflação elevada, desequilíbrio na balança de pagamentos e intensos debates sobre as “reformas de base”, entre as quais se destacavam a agrária e a educacional. Paralelamente, assistia-se à consolidação do capitalismo industrial sob forte intervenção estatal, o que aprofundou o processo de industrialização brasileira iniciado nas décadas anteriores.

---

<sup>8</sup> Informações retiradas da matéria “Talvez o mundo hoje seja mais industrial do que nunca foi”, diz o historiador Paulo Fontes” (Nepomuceno, 2025). Segundo o Professor Fontes, a ideia de que as pessoas trabalhariam menos com mais tempo livre para a família e o lazer é utópica.

<sup>9</sup> Síntese retirada da entrevista do historiador Paulo Fontes, apresentada para o Jornal *O Globo*, já apresentada acima (Nepomuceno, 2025).

É imperativo considerar, outrossim, que esse período marcou a transição definitiva para uma sociedade majoritariamente urbana. Tal fenômeno intensificou a pressão por serviços públicos e alçou a reforma universitária ao centro dos debates intelectuais e das “reformas de base”. Nesse cenário, Álvaro Vieira Pinto, a convite da UNE, formulou uma crítica estrutural ao sistema de Ensino Superior, denunciando sua profunda desarticulação frente às necessidades prementes das massas populares (Martins; Corrêa; Ferreira, 2024).

Dessa maneira, a universidade, ao excluir a população trabalhadora, atuava como um mecanismo de cooptação e imposição do *status quo* dominante. Vieira Pinto concebe, portanto, a reforma universitária como parte indissociável de um processo de transformação social. O filósofo denuncia a instituição como um instrumento fundamental para a manutenção do comando ideológico da classe dominante e um aparelho de domínio social, funcionando como peça-chave na reprodução do poder hegemônico (Martins; Corrêa; Ferreira, 2024).

Para Vieira Pinto, a problemática universitária centra-se no caráter de classe da instituição, analisado a partir da totalidade da realidade brasileira. Contudo, o autor evita um determinismo mecânico, não tratando a universidade como um espaço destinado exclusivamente à reprodução social; ao contrário, ele a compreende como um campo aberto à disputa das lutas de classes e permeado por contradições internas, dadas as diferentes agências políticas e correlações de poder em seu interior. Tal crítica revela-se extremamente potente: pela densidade e originalidade de sua análise, tanto o autor quanto sua obra justificam os esforços contemporâneos de resgate para o debate atual.

Em contraposição aos modelos político, econômico e educacional dominantes, Vieira Pinto sustenta que a autêntica educação emana do processo real de trabalho. Sob essa óptica, o trabalhador, inclusive o analfabeto, desenvolve uma percepção crítica da realidade mediada pelas exigências da sobrevivência cotidiana. Tal concepção norteou sua atuação no ISEB e fundamentou a defesa de uma reestruturação profunda do Ensino Superior, que integrava o combate ao analfabetismo a um projeto de reforma universitária sistêmico.

Embora essas teses tenham sido marginalizadas por paradigmas estruturalistas na década de 1970, sua denúncia contra a universidade “alienada-alienadora” mantém-se premente em 2026, servindo como referencial indispensável para a construção de um projeto de nação soberano e popular (Campos, 2016).

Essa perspectiva constitui um eixo fundamental da obra *A Questão da Universidade*, na qual Vieira Pinto (1962) estabelece um posicionamento político que vincula, de forma indissociável, a crítica ao elitismo acadêmico à urgência de inclusão das massas populares. Para o filósofo, a instituição universitária, ao servir hegemonicamente à classe dominante, especializou-se na “fabricação de doutores” alienados, consolidando-se como um instrumento político-cultural que incute no discente a concepção de que o saber acadêmico é um fator de distinção social e de afastamento em relação ao povo. Sob essa lógica, a universidade blinda-se contra reformas estruturais e acaba por excluir, sistematicamente, as camadas populares do direito à cultura (Campos, 2016).

É imperativo sublinhar que Álvaro Vieira Pinto não deve ser enquadrado como um teórico da cultura nos moldes convencionais da antropologia, da sociologia ou da museologia contemporâneas. Sua abordagem busca decodificar a existência humana em uma dimensão mais abrangente e ontológica. Para o filósofo, a teoria da cultura articula-se indissociavelmente à reflexão sobre a técnica e a tecnologia, um debate eferescente em meados do século XX, protagonizado também por intelectuais como Darcy Ribeiro.

Em outros termos, para Vieira Pinto, o cerne do debate residia no resgate da cultura brasileira em estreita articulação com o projeto de revolução nacional, pauta que o vinculava a diversos movimentos de cultura popular da época. A relevância desse resgate transcendia a dimensão contemplativa ou preservacionista; seu propósito fundamental era catalisar uma transformação social profunda. O filósofo sustentava a cultura sob a égide da revolução, compreendendo-a como o meio indispensável para assegurar o acesso das massas aos bens culturais e alçá-las à condição de protagonistas do cenário nacional. Desse influxo revolucionário e da democratização do saber emergiria uma “explosão cultural” no Brasil, fundamentada no princípio de que a cultura é estritamente coetânea à existência humana.

Em convergência com essa visão, Vieira Pinto combateu a alienação pedagógica característica dos países subdesenvolvidos, manifesta no mimetismo e na transplantação acrítica de modelos culturais exógenos. Para o filósofo, sendo a educação uma prática social intransferível, o educador deve assumir plenamente sua identidade nacional como condição para compreender e enfrentar as contradições do país. Essa postura fundamenta um nacionalismo dialético, pautado na assimilação crítica: o conhecimento externo não é sumariamente rejeitado, mas filtrado e validado conforme sua funcionalidade para o projeto de soberania nacional, privilegiando a autonomia do pensamento em detrimento do mero prestígio internacional (Mainardes, 2015).

Assim, a educação, processo pelo qual o ser humano constitui sua própria humanidade, desenvolve-se em estreita simbiose com a estrutura econômica da sociedade. Esta, por sua vez, delimita as condições culturais e a distribuição das oportunidades educativas, consolidando o que Vieira Pinto denominava “dualidade educacional”. Em termos práticos, esse fenômeno segmenta o sistema de ensino: enquanto, para uma elite, o Ensino Básico funciona como preparatório para o acesso à universidade e aos cargos de liderança, para a massa trabalhadora o mesmo nível de ensino orienta-se para o trabalho rudimentar, tecnologicamente defasado e socialmente desvalorizado. Por sua vez, a dualidade educacional está intrinsecamente associada à questão da colonialidade na educação. Segundo Vieira Pinto, essa convergência produz efeitos concretos e perniciosos que demandam uma abordagem fundamentada em uma perspectiva crítica, visando à superação das estruturas de submissão no campo educativo (Costa, 2021).

Na perspectiva de Álvaro Vieira Pinto, o massivo influxo de obras estrangeiras, desvinculadas da realidade nacional, não constitui um fenômeno fortuito, tampouco reflete uma suposta incapacidade intelectual do povo brasileiro; ao contrário, é o resultado direto da espoliação econômica e da conseqüente submissão cultural. Para o autor, somente uma consciência crítica, engajada com a realidade circundante e fundamentada nas categorias dialéticas do pensar, possui o vigor necessário para enfrentar tais questões. Apenas o exame autêntico desses fenômenos em sua objetividade pode desvelar as estratégias para superá-los, tarefa que exige, invariavelmente, o emprego da lógica dialética em sua vertente não idealista (Costa; Martins, 2019).

Ao transpor essa perspectiva para a universidade contemporânea, observa-se que o Brasil ainda carece de uma base científica plenamente desenvolvida e de uma produção intelectual autêntica. O país parece persistir em uma lógica fordista do conhecimento, na qual o Ensino Superior atua como um “polo de montagem”, limitando-se à transposição e à reprodução técnica de modelos exógenos. Esse mimetismo é evidenciado pela importação acrítica de autores em ementas universitárias que pouco contribuem para o desenvolvimento de um pensamento crítico voltado ao enfrentamento das desigualdades sociais. Nesse cenário, a instituição falha em sua função social, fragmentando-se em nichos isolados; a criação de laboratórios e linhas de pesquisa, muitas vezes, responde a deliberações individuais de docentes, com escasso compromisso coletivo definido. Essa estrutura atomizada impede que a universidade se consolide como um projeto orgânico e soberano voltado aos interesses da sociedade brasileira.

Essa abordagem não pretende depreciar, sob o aspecto moral, a atuação dos cientistas e docentes brasileiros. Pelo contrário, em tempos de ataques sistemáticos ao conhecimento, é imperativo reconhecer seu valor e sua resiliência. Nesse sentido, reitera-se que a luta constante para comprovar a competência da pesquisa nacional ocorre em um cenário de asfixia financeira das instituições públicas, no qual a comunidade acadêmica é compelida a uma corrida meritocrática por editais cada vez mais escassos. Esse ambiente de incerteza interrompe cronogramas científicos e subordina a produção intelectual à necessidade imediata de viabilização econômica, fragmentando o campo científico em favor de métricas de produtividade que nem sempre refletem o interesse social.

Observa-se, portanto, a consolidação de um *ethos* competitivo na academia brasileira, no qual a interrupção crônica do fomento converte a atividade de pesquisa em uma disputa predatória por subsídios. Nesse contexto de austeridade, a meritocracia deixa de atuar como critério de excelência para transfigurar-se em um mecanismo de exclusão, compelindo o pesquisador a priorizar o produtivismo quantitativo como estratégia de sobrevivência de seus laboratórios. Todavia, uma abordagem que denuncie as ingenuidades persistentes no Ensino Superior é fundamental para redirecionar a ciência brasileira ao seu propósito original: o compromisso com o desenvolvimento soberano e a função social do conhecimento.

Essa é a concepção de nacionalismo, sob a égide da crítica ao colonialismo, apreendida na obra de Vieira Pinto: o pedantismo na universidade brasileira manifesta-se no afã de assimilar a produção de expoentes estrangeiros e na subsequente demonstração ostensiva desse saber diante daqueles que, inseridos na realidade subdesenvolvida, não desfrutaram das mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento exógeno. Tal postura, comum tanto entre intelectuais quanto em outros estratos sociais, revela uma consciência ingênua que utiliza o saber transplantado como instrumento de distinção social, em vez de ferramenta para a libertação nacional (Costa; Martins, 2019).

Conforme a análise de Costa (2022), a política de desenvolvimento proposta por Álvaro Vieira Pinto possui, como uma de suas notas essenciais, o nacionalismo de cunho libertador. Esse nacionalismo caracteriza-se como a ideologia das forças sociais, econômicas e culturais autóctones, comprometidas com a construção de um destino soberano para o Brasil por meio de uma práxis libertadora. De acordo com o autor, Vieira Pinto argumenta que os interesses das comunidades nacionais e os sistemas filosóficos predominantes operam em reciprocidade: a comunidade demanda a filosofia que lhe é funcional, enquanto a filosofia determina ideologicamente essa mesma comunidade. Essa reflexão sobre o nexo entre o pensamento e o mundo subdesenvolvido situa a perspectiva da filosofia do desenvolvimento a partir de uma geografia da existência. Por conseguinte, Vieira Pinto sustenta que as massas populares devem assumir o protagonismo político, dado que constituem a base real que sustenta o processo histórico por meio do trabalho.

Sob esse prisma, a alienação, manifesta no setor econômico como entreguismo, no cultural como inautenticidade e no político como imperialismo, deve ser combatida por um nacionalismo libertador. Nele, as lutas sociais pela emancipação revelam a pluralidade dos modos de produção da existência e o indivíduo, ao agir coletivamente na produção de sua vida material, emprega técnicas singulares como estratégia de subsistência e resistência, reafirmando, nesse processo, a dimensão humana da práxis produtiva.

Por fim, a perspectiva nacionalista de Vieira Pinto consolida-se como um movimento pela soberania nacional ao exigir investimentos estruturais em educação e ciência que transcendam a lógica da financeirização institucional. Tal abordagem mantém sua atualidade ao defender o preceito constitucional da autonomia, indispensável para a criação de condições internas que assegurem a independência intelectual e rejeitem a submissão à dependência externa. A universidade não deve atuar como uma “montadora” de saber estrangeiro, superando, por



consequente, paradigmas de períodos históricos anteriores, como os da gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que negligenciou o ensino tecnológico em favor da importação irrestrita de conhecimentos exógenos, aprofundando a dependência do país.

Enfim, o regime democrático é o mais condizente com o desenvolvimento nacional, pois, em sua autenticidade, constitui a expressão da vontade política das massas. Nesse sentido, Vieira Pinto equaciona a revolução como a transformação qualitativa necessária para a superação do subdesenvolvimento, contrapondo-a ao totalitarismo, visto como uma ferramenta de supressão da resistência a serviço de finalidades conservadoras (Costa, 2022).

### **Para concluir: o resgate da autonomia intelectual como horizonte de soberania**

A análise de Álvaro Vieira Pinto (1962) em sua obra *A Questão da Universidade* constitui uma contribuição indispensável para a reflexão sobre o Brasil e suas Instituições de Ensino Superior na contemporaneidade. Naquele período, a reforma universitária não se configurava como um debate isolado; ao contrário, estava intrinsecamente ligada à correlação de forças em que a classe trabalhadora buscava protagonismo em um projeto de nação soberano. Pensar a universidade pública significava, portanto, analisar o processo de transformação nacional sob uma óptica estratégica, que incluía temas como a nacionalização da indústria e a apropriação de uma ciência voltada às urgências da realidade brasileira. Para Vieira Pinto, a problemática universitária era primordialmente política, transcendendo o caráter meramente pedagógico ou jurídico.

Enquanto, em 1962, a luta por uma reforma progressista foi sufocada pela imposição da ditadura militar, a universidade contemporânea enfrenta um cenário distinto, mas igualmente crítico. Hoje, o dado fundamental é que as matrículas do Ensino Superior se concentram em instituições privadas, as quais sobrevivem a partir de um vultoso aporte de recursos públicos e de isenções fiscais. Esse deslocamento estrutural demonstra que a universidade brasileira não segue a essência do modelo europeu, sendo, ao contrário, moldada pelas relações de classe específicas da formação social dependente do país. Nesse contexto, torna-se imperativo questionar: Qual é o projeto da atual classe dominante para o Ensino Superior brasileiro?

Ao que tudo indica, a prioridade estratégica, voltada tanto aos seus herdeiros quanto ao mercado, não reside mais na universidade pública de excelência; pelo contrário, observa-se a ascensão de um modelo mercantilizado, caracterizado pela proliferação de cursos de curta duração e pela hegemonia das modalidades de Ensino a Distância (EAD). Essa reconfiguração sugere uma renúncia ao projeto de universidade como centro de pensamento crítico e soberano, em favor de uma formação funcionalista e precarizada.

Assim, a crise das universidades públicas brasileiras, acentuada pelo ciclo de cortes orçamentários iniciado em 2015, não constitui um fenômeno acidental, mas é reflexo das dificuldades estruturais de um país em processo de desindustrialização. No entanto, evidencia-se o papel alienador da própria instituição e de seus agentes sociais quando estes silenciam o debate sobre os determinantes reais dessa crise. Ao limitarem-se à denúncia pontual, sem a proposição de alternativas estruturais, esses atores acabam por reiterar a paralisia institucional frente ao desmonte do projeto de educação nacional.

Muitas das denúncias formuladas por Vieira Pinto, em 1962, preservam sua atualidade, visto que a estrutura de classes no Brasil mantém um caráter predatório. Observa-se, hoje, uma elite voltada primordialmente ao extrativismo mineral, à exploração de petróleo e ao agronegócio de baixo valor agregado, modelo econômico para o qual a universidade pública parece ser dispensável. Por conseguinte, o esforço isolado de salvaguardar a instituição, sem a proposição de um projeto

nacional de transformação, terá escassa efetividade. É imperativo resgatar o pensamento de Vieira Pinto para reposicionar o debate sobre o papel da universidade na construção de uma indústria soberana e na consolidação da autonomia nacional frente aos desafios globais de 2026.

A retomada desse vigor político constitui a única via para confrontar as pressões conservadoras que buscam reduzir a universidade a uma mera prestadora de serviços ou a um ente captador de recursos privados. Como detentora do saber prático e do potencial para um projeto soberano, a classe trabalhadora permanece como o sujeito capaz de transformar o Brasil, seja na esfera industrial, seja no campo. A obra de Vieira Pinto, portanto, configura-se como um convite imperativo para que as instituições resgatem um debate robusto sobre sua função social, vinculando, definitivamente, a Educação Superior ao destino histórico da sociedade brasileira.

## Referências

BARBOSA, L. M. Os conceitos de desenvolvimento e nacionalismo na crítica ao regime militar. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 173-197, 2011.

BARCELLOS, L. da S.; COELHO, G. R. Conscientização em Álvaro Vieira Pinto: contribuições para a educação em ciências. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 111-137, abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22600/1518-8795.ienci/2025v30n1p111>

BONILLA MURILLO, E.; SOLIS HEREBIA, V. S. Experiencias de los estudiantes exitosos de primera generación en la educación superior mexicana: un estudio narrativo. **Revista Ibero-Americana para Pesquisa e Desenvolvimento Educacional**, v. 12, n. 23, p. 1-20, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.23913/ride.v12i23.1054>

BOULOS, G. A onda conservadora. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 29-32

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1968]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm). Acesso em: 2 fev. 2026.

CAMPOS, D. de M. A crítica ao elitismo da universidade brasileira por Álvaro Vieira Pinto no “pré-1964”. **Revista Espaço Livre**, [s. l.], v. 11, n. 22, p. 50-60, jul./dez. 2016.

CORTEZ, N. **Esperança e democracia: as ideias de Álvaro Vieira Pinto**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

COSTA, B. A. da. Consciência ingênua em Álvaro Vieira Pinto: sua manifestação na prática científica. **Guairacá Revista de Filosofia**, Guarapuava, v. 37, n. 2, p. 65-82, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5935/2179-9180.20210021>

COSTA, B. A. da. Política do Desenvolvimento e Política da Libertação. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 381-402, abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945188483>

COSTA, B. A. da; MARTINS, A. E. M. Lógica dialética e educação: um estudo introdutório a partir do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e188483, p. 1-19, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945188483>

FÓRUM ABC/SBPC sobre Educação Superior discute a flexibilização do acesso à universidade. **ABC**, [s. l.], 28 ago. 2024. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2024/08/28/forum-abc-sbpc-sobre-educacao-superior-discute-a-flexibilizacao-do-acesso-a-universidade/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

FREITAS, M. C. de. **Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama**. São Paulo: Cortez, USF-IFAN, 1998.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GROSGOUEL, R. Racismo epistêmico, islamofobia epistêmica y ciencias sociales coloniales. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 14, p. 341-366, jan./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.431>

HERINGER, R. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 19, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2019v19n1p7>

MAINARDES, J. Álvaro Vieira Pinto: uma análise de suas ideias pedagógicas. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 1, n. 3, p. 98-117, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-622020151378p.98-117>

MARTINS, A. L. L.; CORRÊA, M. B.; FERREIRA, L. S. Educação como reprodução: antecipações de Álvaro Vieira Pinto a Althusser. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, ano VI, v. 17, n. 50, p. 146-166, 2024.

MÉLO, C. S.; MACHADO, M. C. G. Apontamentos de Álvaro Vieira Pinto à reforma universitária no Brasil na década de 1960. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 53, p. 263-279, out. 2013. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v13i53.8640204>

MOROSINI, M.; FELICETTI, V. L. Estudantes de primeira geração (P-Ger) na educação superior brasileira: analisando os dados da PNS – 2013. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 75, p. 103-120, maio/jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.66841>

NEPOMUCENO, P. R. ‘Talvez o mundo hoje seja mais industrial do que nunca foi’, diz o historiador Paulo Fontes. **O Globo**, [s. l.], 27 jul. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/100-anos/noticia/2025/07/27/talvez-o-mundo-hoje-seja-mais-industrial-do-que-nunca-foi-diz-o-historiador-paulo-fontes.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2026.

NICOLAU, A. Brasil tem mais de 10 milhões de matriculados no ensino superior. **CNN Brasil**, [s. l.], 22 set. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/brasil-tem-mais-de-10-milhoes-de-matriculados-no-ensino-superior>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PAIVA, V. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. São Paulo: Editora Graal, 2000.

PATARO, R. F. Democratização da universidade pública e estudantes de primeira geração na UNESPAR. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 71-95, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.20500/rce.v14i29.20308>

PINA, F. **O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966 – 1968)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

REDAÇÃO G1. Congresso aprova corte de quase R\$ 500 milhões em orçamento das universidades federais para 2026; entidade fala em “quadro crítico”. **G1**, [s. l.], 23 dez. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/12/23/congresso-corte-orcamento-universidades-federais-2026.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SGUISSARDI, V. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. *In*: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. (org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 33-52.

SILVEIRA, D. J. da; PINTO, G. A. Apresentação - Editorial da seção temática Álvaro Vieira Pinto. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 19, n. 57, p. 350-354, jun. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.3895/rts.v19n57.17578>

VIEIRA PINTO, Á. **A questão da universidade**. Rio de Janeiro: UNE/Editora Universitária, 1962. (Cadernos Universitários, 1).

*Recebido em 03/10/2025*

*Versão corrigida recebida em 26/01/2026*

*Aceito em 27/01/2026*

*Publicado online em 20/02/2026*